Revista COOPEX (ISSN:2177-5052)

Em defesa da ordem e da civilização

o discurso liberal de Maximiano Lopes Machado

Maximiano Lopes Machado[1]

Resumo - O presente trabalho constitui-se como resultado final da pesquisa desenvolvida pelo projeto intitulado “Origens do pensamento liberal no B rasil” vinculado a COOPEX/FIP. Tem por objetivo analisar o pensamento liberal de Maximiano Lopes Machado tendo como base a sua obra intitulada **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba** , publicada em 1851, ou seja, dois anos após o fim do Movimento Praieiro. Para tanto, o mesmo foi dividido em duas partes. Na primeira, realiza -se um pequeno levantamento biográfico doautor em estudo, bem como uma análise sócio -histórica dos principais acontecimentos que contribuíram para a eclosão do Movimento Praieiro nas províncias de Pernambuco e Paraíba em 1848. Na segunda, analisa-se o discurso liberal de Machado, destacando suas principais características e concepções.

Palavras-chave: Liberalismo; Movimento praieiro; Maximiano Lopes Machado.

Abstract - This work is the result of the research developed by the project entitled "Origins of liberal thought in Brazil" associated to COOPEX/FIP. It aims to analyze the liberal thought of Maximiano Lopes Machado, based on his work entitled **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba,** published in 1851, two years after the end of the Praieiro Movement. Thus, it was divided into two parts. In the first one, a biographic survey is made, as well as a socio-historic analysis of the major events that contributed to the outbreak of the Praieiro Movement in the provinces of Pernambuco and Paraíba in 1848. The second part analyzes Machado’s liberal discourse, highlighting his most important features and ideas.

Keywords: Liberalism, Praieiro Movement, Maximiano Lopes Mac hado.

INTRODUÇÃO

Como o próprio título indica, o presente trabalho objetiva analisar o discurso liberal de Maximiano Lopes Machado, tendo como base seu livro **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba,** publicado pela primeira vez em 1851, ou seja, dois ano s após o fim do movimento praieiro. A escolha desse autor se deu por ter sido ele um dos principais membros do Partido Liberal da província da Paraíba na primeira metade do século XIX. Sendo assim, acredita-se que a análise de seu pensamento possibilitará uma melhor compreensão acerca das

[1] Professor de História das Faculdades Integradas de Patos/FIP. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: maximianolm@gmail.com

características do liberalismo do Brasil Imperial, bem como elucidará como este foi refletido no contexto social paraibano.

No que se refere à problemática da análise de discurso, s egue-se as formulaçõesteórico-metodológicas elaboradas por Eni Orlandi em se livro **Análise de discurso**. Segundoesta autora, para se analisar um determinado discurso tem que se levar em conta as condições de produção do mesmo (2003, p. 51), bem como compreendê -lo como sendo fruto de um determinado contexto sócio-histórico. Dessa forma, "os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos" (ORLANDI, 2003, p. 30).

Partindo desses pressupostos, optou-se por dividir o trabalho em duas partes. Na primeira examina-se o contexto sócio-histórico em que estava inserido Machado. Na segunda, passa-se exclusivamente a analisar a as principais características de seu discurso liberal.

1. O autor e seu tempo

O objetivo principal desta parte do trabalho é realizar um pequeno esboço biográfico acerca do autor em estudo, bem como levantar algumas características do seu meio social e político, tanto no que se refere ao âmbito interno da província da Paraíba como também no contexto nacional. Entretanto, é importante frisar que não se objetiva analisar toda a sua trajetória de vida, e sim enfatizar o período em que participou do movimento Praieiro na cidade de Areia (PB), do qual resultou a elaboração de seu livro **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba**.

Maximiano Lopes Machado nasceu na capital da província da Paraíba do Norte em sete de agosto de 1821 e morreu 1895 nesta mesma localidade. Ainda criança, mudou -se com sua família para Pernambuco, com o objetivo de adquirir melhores condições de ensino. Nesta província, iniciou seus estudos com os padres congregados de S. Fillipe Nery, no Convento Madre de Deus, na cidade de Olinda. Em 1839, concluiu seus estudos primário e secundário e, no ano seguinte, entrou para a faculdade de Direito de Olinda, na qual se diplomou como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1844. [2]

Para Sérgio Adorno, a figura do bacharel era de extrema importância no cenário político imperial, pois:

[2] Para maiores detalhes acerca de sua trajetória de vida, ver: GUIMARÃES, Luiz H. **Maximiano Lopes Machado:** primeiro historiador da Paraíba. IHGP. (Coleção historiadores paraibanos. Nº 1).

> [...] a presença de bacharéis na vida pública e nas lides cotidianas os tornara interlocutores e mediadores da representação jurídico -política da ordem social competitiva na sociedade brasileira, sobretudo devido a sua atuação nos poderes executivo, legislativo e – evidentemente – no judiciário (1988, p. 26).

Isto fez com que o bacharel se constituísse na figura central do cenário burocrático e político do império brasileiro, ocupando cargos no Judiciário (Juízes), no Executivo (delegados de polícia, presidentes de províncias) e no Legislativo (deputa dos e senadores), estreitando os seus vínculos com os interesses locais, como possibilitou um contato mais direto com o cotidiano das camadas populares.

Esta característica se refletiu em Machado, pois, logo após sua formatura, foi nomeado Promotor Público de Olinda. Contudo, em 1847, por decreto do Governo imperial, foi indicado para ser Juiz Municipal do Termo de Areia. Neste mesmo ano, candidata -se à Deputado Provincial, sendo eleito.

É interessante apontar que a trajetória de ascensão política de Macha do se enquadra no modelo que José Murilo de Carvalho propõe para o político cuja família não possuíarecursos e poder a ponto de colocá-lo diretamente na Câmara. Segundo Carvalho ,

> Uma carreira típica para o político cuja família não possuía influência bastante para leva-lo diretamente à Câmara começava pela magistratura. Como o sistema judicial era centralizado, todos os juízes eram nomeados pelo ministério da Justiça. Logo após sua formatura, o candidato à carreira política tentava conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidade eleitoralmente promissora ou pelo menos num município rico (2003, p. 108).

Com isso, observa-se que o autor em estudo utilizou a magistratura como trampolim para a carreira política. Além disso, é válido destac ar que a cidade de Areia era, na época, um importante centro político e econômico da província da Paraíba (FIUZA, 03 jan. 2007, p. 41).

Foi neste período (1848) que ocorreu o movimento praieiro em Pernambuco. Não é objetivo do trabalho realizar uma analis e detalhada acerca da Praieira, mas apenas esboçar suas principais características, uma vez que ela foi de extrema importância para a configuração do pensamento liberal de Machado.

Segundo Izabel Marson (1981, p. 8), para os contemporâneos o movimento pra ieiro "apareceu como uma rixa política entre os dois partidos do Império, o Liberal e o Conservador", na disputa pelo poder na província de Pernambuco. Foi neste momento que os conservadores conseguiram impor sua hegemonia no âmbito da política imperial, p ondo fim a

um longo período de predominância da ala liberal no poder, que ficou conhecido na historiografia como o *Qüinqüênio Liberal*, por se estender de 1844 a 1848.

Mesmo passando longo tempo no poder, uma vez que a maioria dos gabinetes não durava mais que dois anos, os liberais não desfrutaram um período tranqüilo. Isto porque houve dissensões dentro do próprio partido, acarretando em uma divisão entre os *Liberais do Sul e do Norte.* Além dessas divergências internas, também é importante destacar que el es não possuíam uma hegemonia total no governo, já que muitos membros do Partido Conservador estavam dentro do aparato burocrático governamental, gerando, com isso, conflitos de opiniões.

O embate tornou-se mais nítido nos dois últimos anos do *Qüinqüênio*, quando se intensificaram as divergências entre as duas casas Legislativas. Estas gravitaram basicamente em torno de duas problemáticas. Havia, "de um lado, à questão do direito dos senadores à verificação de poderes na admissão de seus pares recém-eleitos e, de outro lado, à questão da interpretação do art. 61 da Constituição que previa a fusão das duas casas em Assembléia Geral" (CASTRO, 1985, p. 534).

Entretanto, tais propostas não agradavam aos senadores, uma vez que diminuiria o poder de decisão deles, além de por em perigo o caráter vitalício de seus mandatos (CARVALHO, 2003, p. 116). Foi devido a esse conflito com os senadores, em sua maioria membros do Partido Conservador, e as divergências internas, que o Partido Liberal se enfraqueceu, culminando na perda do controle do governo central.

Ao assumir o comando da política nacional em 1848, os conservadores passaram a implementar medidas que visavam fortalecer o Executivo, concentrando toda força de decisão nas mãos da Coroa. Para isso, centralizou o Judiciário, além de remanejar e nomear alguns indivíduos no aparato burocrático. Estas medidas foram vistas pelos praieiros como afronta aos meios constitucionais. Em relação a isto, é ilustrativo o discurso de Urbano Sabino Pessoa de Mello, deputado liberal por Pernambuco, ao afirmar que "um partido político não recorre às armas, senão perdidas todas as esperanças de triunfo legal e pacífico, ou porque se ache em minoria insignificante, ou porque a compreensão do poder lhe tire todos os meios e recursos constitucionais" (1978, p. 76).

Entretanto, para Ilmar R. de Mattos, em seu livro **O tempo saquarema** (1990), o verdadeiro motivo que levou a instauração do movimento praieiro, diz respeito à política centralizadora dos conservadores. Ela não agradava os liberais praieiros, pois enfraquecia seus interesses em relações ao jogo político local, ou seja, o domínio administrativo da província. Segundo Mattos, "dos praieiros, pode-se dizer, ao menos de sua ala agrária, que

foram à revolta na tentativa externa de co ntrolar os governos locais e provincial, os cargos políticos e policiais, de modo a poder assegurar a continuidade do contrabando de africanos" (1990, p. 164).

Marcus J. M. de Carvalho também compartilha da visão de Mattos, pois a seu ver, a "raiz da Praieira foi esta disputa pelo poder local, principalmente pelos cargos na Polícia Civil, e secundariamente na Assembléia Provincial, nas Câmaras, na Justiça de Paz e Guarda Nacional" (2003, p. 212). Isto demonstra que o grande interesse das elites proprietária s que se envolveram no movimento praieiro, independentes de serem vinculadas ao Partido Liberal ou Conservador, era configurar uma estrutura de poder que lhes dessem hegemonia em relação à política local.[3]

Entretanto, seria errôneo compreender a Praieira a penas como um conflito entre os proprietários de terra e escravos, pois outros segmentos sociais urbanos, como comerciantes, artesãos e caixeiros, participaram ativamente do conflito. Eles viram no movimento a possibilidade de nacionalizar o comércio em Pe rnambuco, uma vez que este era controlado por comerciantes estrangeiros. De fato,

> Em 1844, das 77 casas comerciais em grosso, apenas 23 eram de brasileiros. Em 1848, havia na Rua da Praia 120 portugueses no comércio de carne seca e somente três brasileiros no mesmo trabalho. O comércio, a pequena indústria e o artesanato encontravam-se nas mãos dos portugueses (FIUZA, 03 jan. 2007, p. 36).

Eram os portugueses quem realmente detinham a supremacia comercial em Pernambuco. Devido a isto, implementou -se na sociedade da época um forte sentimento anti - lusitano, que culminou com o surgimento de inúmeras lutas e revoltas populares em relação ao elemento português. Essas manifestações ficaram conhecidas na historiografia como *mata-marinheiro*.[4]

A chegada da notícia da Praieira à capital da província da Paraíba provocou um grande alarme em sua população. Algumas famílias e comerciantes vinculados ao Partido Conservador procuraram, por precaução, proteção em navios estrangeiros que se encontravam

[3] Para uma análise mais acurada acerca da Praieira, recomenda-se a leitura do livro **O império do progresso**: a revolução Praieira em Pernambuco (1842 -1855), de autoria de Izabel Andrade Marson.

[4] O *mata-marinheiro* constituía-se "numa agitação de rua em que participavam elementos das várias ca madas da população urbana [...]. Durante a agitação eram depredados bens de portugueses – geralmente lojas de comércio a retalho e moradias –, ocorrendo muitas vezes assassinatos, por linchamento, de estrangeiros (portugueses em sua maioria)" (MARSON, 1980 , p. 9).

atracados no porto do Cabedelo. Outras procuraram se refugiar em casas de campos e engenhos de parentes e amigos.[5]

Informado sobre o movimento, o presidente da Paraíba, João Antonio de Vasconcellos, logo remeteu 400 praças em auxílio a Pernambuco. Todavia, esta província j á possuía forças suficientes para derrotar os revoltosos em seu território, o que logo ocorreu. Vencidos, os revoltosos se dividiram em duas facções, das quais uma decidiu migrar para a Paraíba. Sabendo da possibilidade deles invadirem a cidade da Parahyba , Vasconcellos fica alarmado, pois, ao enviar ajuda à província vizinha, havia deixado desguarnecida a sua, restando apenas trinta soldados de linha e 15 de milícia. Devido à situação que se encontrava, ordenou a remoção dos valores do tesouro para uma emb arcação de guerra ancorada no porto e mandou recolher toda a pólvora existente no comércio para lançá -la ao mar (ALMEIDA, 1978, p. 129).

Entretanto, os praieiros preferiram ir para Areia, por possuir melhores condições de defesa (FIUZA, 03 jan. 2007, p. 41). Acerca desse assunto, é ilustrativo o comentário de Machado, ao afirmar que "nenhum outro logar melhores proporções offerecia que a cidade de d'Arêa: a sua localidade, os seus habitantes, as autoridades eram outros tantos auxiliares, com que deviam contar" (1983, p. 70).

Chegando a Areia, os praieiros tiveram o apoio de certo número de cidadãos da cidade, como foi o caso de Machado, que acolheu em sua residência alguns dos revoltosos. Todavia, depois de poucos dias da chagada do grupo em Areia, as forças legais decidiram invadi-la. Com isso, travou-se um acirrado conflito, no qual os rebeldes foram vencidos. Na contenda, o autor em estudo foi ferido, porém, conseguiu escapar com alguns de seus aliados, escondendo-se no Engenho Pureza, em Pilar.

Na referida localidade, foi preso por ordem de Vasconcellos, sendo logo libertado através de um *habeas corpus* (ALMEIDA, 1978, p. 132). A partir daí, teve que ficar foragido pelos sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte até 1852, ano de sua anistia. Foi neste momento que elaborou seu livro **Quadro da Revolta Praieira na província da Parahyba** , editado pela primeira vez em 1851, no Recife.

[5] Com relação à reação da população da capital da província da Paraíba com a chegada da notícia da Praieira, ver o livro **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba** (1983)**,** de autoria de Maximiano Machado, mais especificamente as páginas 47 e 48.

2. O autor e seu discurso

> [...] *a practica da justiça conduz o homem á civilisação, e á moral*.
>
> Maximiano Lopes Machado

É importante afirmar que, ao realizar a análise do pensamento liberal de Maximiano Lopes Machado, parte-se do pressuposto de que a compreensão da estrutura do discurso do autor revela muitas características acerca de sua identidade e de seu contexto soc ial. Isto porque, através da "análise do discurso recupera -se o processo histórico-social" (ORLANDI, 1987, p. 110) do indivíduo que o construiu.

No início do texto, mais precisamente na dedicatória que faz a Urbano Sabino Pessoa de Mello, Machado fala um pouco das dificuldades que teve para elaborar seu livro, dizendo:

> Embora falto de recursos, peregrinando pelos sertões de alheias provincias para escapar das garras dos abutres deste detestavel governo, o único allivio que sentia o meu coração era, quand o escrevia os presentes fatos, na esperança de um dia publica-los, para que não ficassem em olvido asmalversações do presidente da Parahyba João Antonio de Vasconcellos, - digno emulo dos que mais teem assolado as miseras provincias do norte da nossa malfadada patria (MACHADO, 1983, p. 13).

Esta citação é riquíssima em informações, uma vez que elucida o momento histórico em que estava inserido o autor ao escrever sua obra, ou seja, quando era procurado pelas forças do governo por ter participado da Praiei ra, na cidade de Areia (PB), em favor dos revoltosos. Além disso, retrata toda sua aversão em relação ao presidente da Província da Paraíba, João Antonio de Vasconcellos, pois foi através de uma petição de sua autoria que a prisão de Machado fora decretada.

Ao longo de todo o texto, sempre tece crí ticas a figura de Vasconcellos, destacando que sua nomeação para a presidência da província da Paraíba foi desastrosa e só trouxe a ruína para a mesma. Isto porque, a seu ver, ele era um homem,

> [...] sem habilitações, como é hoje sabido, pois ninguem de boa fé poderá negar a sua profunda ignorancia no que professa, e no que não professa; sem nome conhecido, pois em tal nunca ninguem fallou nem em razão de família, nem adquerido por virtudes domesticas, ou fé poli tica; simulado por inclinação; irresoluto por calculo; temeroso por genio; e logo depois, perseguidor por preceito; violento por desatino; arbitrario capricho; e criminoso por instincto; eis aqui o homem com quem se occupou o decreto de 20 de março de 1848 (MACHADO, 1983, p. 34).

Esse tipo de posicionamento se constituía como um elemento típico do pensamento liberal do Brasil oitocentista, no qual havia toda uma preocupação com a "capacidade intelectual, e moral" (MACHADO, 1983, p. 33) dos indivíduos que deveriam ocupar os cargos públicos. Sendo assim, defendia que só os homens de instintos verdadeiramente políticos eram capazes de estabelecer uma boa administração. Além disso, esta característica reforça a herança do liberalismo brasileiro em relação ao iluminismo português, pois a ilustração lusa possuía caráter extremamente pragmático, que visava a todo custo desenvolver o Estado e promover o bem comum (SILVA, 1999, p. 49). Tal pensamento marcou bastante o discurso liberal de Machado, uma vez que em várias passagens de seu texto fez menção à necessidade de se evitar a "desordem e a anarchia" (1983, p. 37) social.

Analisando mais a fundo o discurso do autor em questão, observa-se que ele foi bastante influenciado por autores europeus, sendo Montesquieu um deles. Isto se evidencia na passagem em que conceitua a noção de sociedade política. Segundo Machado, para que haja a configuração de uma sociedade política é necessário "que cada indivíduo renuncie alguns dos seus direitos primitivos, ou que modére, e limite o exercicio delles. Tal é a sua primeira, e principal condição" (1983, p. 18). Além disso, estabelece "que são todos os homens - iguais em direitos, e obrigações sem a menor diferença -: e é esta a *igualdade social*" (MACHADO, 1983, p. 18. Grifo no original). Entretanto, é preciso enfatizar que mesmo considerando a igualdade entre os homens, no que se refere à observância e respeito às leis, esta se restringia única e exclusivamente aos cidadãos da Nação.[6] Com isso, estavam excluídos deste conceito todos os escravos, pois eles eram reconhecidos legalmente como um bem, propriedade, e não como pessoa imbuída de direitos políticos.

Machado também defendia o sistema constitucional e representativo de governo. Entretanto, coloca que o Brasil não foi constituído pela vontade do verdadeiro poder soberano nacional, "que reside originária, e imprescriptivelmente no povo" (1983, p. 19), mas através da ação despótica de D. Pedro I. Sendo assim,

> [...] illegitimas, e nullas são as instituições que *regem* a nossa infeliz patria e tudo quanto dellas tem dimanado; suffocada, como foi, a sua vontade, e soberania pelo materialismo da força; pelo interesse, ambição de conservar sobre sua cabeça um corôa imperial, aquele que tendo sido uma vez rebelde,

[6] É importante frisar que o conceito de cidadão englobava apenas a uma pequena parte da elite política brasileira, uma vez que a grande maioria da população estava excluída do processo político. Segundo José Murilo de Carvalho (2003, p. 98) os indivíduos que possuíam direitos para participar do processo político no Brasil imperial representava menos de 1% da população total do período.

> e traidor á seu pae, fôra ainda outra vez traidor, e rebelde contra os brasileiros que haviam *adoptado* pelo seu primeiro soberano (MACHADO,1983, p. 19. Grifo no original).

O Brasil, da forma que foi constituído, "e infelizmente ainda se acha, não póde fazer a felicidade dos brasileiros, e nem attingir ao fim que parece destinado" (MACHADO, 1983, p. 18). Isto porque a formulação do Poder Moderador na Constituição de 1824 não só enfraqueceu o caráter dos demais poderes constitucionais, como possibilitou ao monarca concentrar em suas mãos todo o controle político do país.

> Quando no systema constitucional-representativo um dos poderes politicos do estado resume em si todos os demais poderes, sempre resultou desta usurpação e despotismo; e a liberdade, e a felicidade de uma não pód e alcançar-se sem a reforma de uma similhante monstruosidade política (MACHADO, 1983, p. 38).

Outro ponto de destaque do pensamento de Machado refere -se ao poder atribuído por ele à Constituição, sendo esta o principal elemento garantidor do verdadeiro poder soberano[7] e de combate à tirania. Segundo Lúcia Maria B. P. Neves, tal interpretação foi típica no Brasil imperial, uma vez que a Constituição era vista por muitos liberais como "a única forma de garantir esses direitos (constitucionais) e liberdades era através de uma Constituição, que limitasse os poderes do soberano e desse voz à sociedade, por meio de uma representação nacional" (2001, p. 76). Dessa forma, seguindo a ótica dos liberais brasileiros, a Constituição servia como fonte de garantia para limitar o poder do soberano, ou seja, combater o despotismo e a tirania e dar respaldo à sociedade política, além de defender a liberdade e a propriedade dos cidadãos.

Ao longo de seu discurso, Machado exalta o Partido Liberal, afirmando que era regido pela honra, moral e religião, e que tinha por base defender a liberdade do homem e da verdadeira Constituição. Contudo, com relação ao Partido Saquarema (Conservador), diziaque este feria os direitos constitucionais ao pregar uma política amoral, além de d efender uma Constituição que reprimia o verdadeiro poder soberano.

Esta crítica é compreensível, pois foi neste período que o Partido Saquarema suplantou o Liberal, fazendo com que este perdesse poder de decisão no jogo político

[7] Para Machado, a Constituição era o instrumento político que garantia o verdadeiro poder soberano da Nação evitando, assim, a tirania. O poder soberano, segundo ele, competia ao povo. Entretanto, é preciso enfatizar que a concepção de povo representado e defendido por Machado não se estendia a todas as camadas sociais existentes no período, mas sim apenas aquelas que podiam votar, ou seja, a elite política.

nacional. Isto se deu devido às medidas centralizadoras dos conservadores, que para Machado (1983, p. 31) foram:

> [...] a reformas de alguns artigos da constituição em um sentido verdadeiramente tyrannico; a centralisação, que acabou de uma vez com a liberdade, e fraqueza das províncias, fazendo-as depender inteiramente da côrte desde a nomeação do vice-presidente, até a do continuo das repartições; as condecorações, e titulos honorificos foram as mãos cheias derramados entre os seus bemaventurados com o intuito de allegarem no futuro a importancia, e consideração de mesma facção; a liga ostensiva com portuguezas contrabandistas da côrte, pela qual houve ampla concessão para o trafico de africanos, prehencheu as suas visitas de ambição, inculcando – riquezas- no seu lado, onde verdadeiramente pouco ha mais, que depredações, e crimes inauditos!

Esta citação é interessante, pois demonstra como as províncias ficaram enfraquecidas em detrimento do Poder Central após as reformas políticas adotadas pelos Saquaremas.

Em nenhum momento do seu discurso o autor em estudo tece críticas a forma de governo monárquica. Entretanto, defende que esta estrutura governamental, para melhor representar os interesses da nação e garantir a ordem social, deveria estar regulada por uma Constituição séria e representativa.

Outra característica marcante do liberalismo de Machado é a forte presença de elementos religiosos em seu discurso, chegando ao ponto de afirmar que a "religião é a primeira virtude civil e social" (1983, p. 94) que compete aos indivíduo s de uma nação. Isto demonstra que os liberais brasileiros oitocentistas não nutriam um caráter secularizante em relação à política, como ocorria com os representantes europeus, bem como reforçar o quanto eles eram herdeiros da ilustração lusa. A esse resp eito, José Murilo de Carvalho (2003, p. 57) diz que,

> [...] o Iluminismo português ficou mais próximo do italiano do que do francês. Preparado pelos padres do Oratório, com Luís Antônio Verney à frente, esse Iluminismo era essencialmente reformismo e pedag ogismo. Oseu espírito não era revolucionário, nem anti -histórico, nem irreligioso, como o francês; mais essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um Iluminismo essencialmente cristão e católico.

Em relação às questões sociais, Machado não se ateve em abordá -las em sua obra, por não se tratar de seu objeto de interesse. Sendo assim, não questionou a estrutura da sociedade imperial e nem o trabalho escravo. De fato, a problemática da escravidão quase não foi

tratada por ele, a não ser em uma passagem que critica Vasconcellos por ostentar socialmente a posse de dois escravos.

> Sem que se respeitasse á si proprio; á alta dignidade de que se achava investido; á moral, e os bons costumes; apresentou -se acompanhado de dous africanos boçaes; similhando-se a um desses traficantes ousados, para quem o maior mérito consiste em calcar as leis aos pés, escarnecer, e menosprezar o respeito devido á autoridade publica. Sem procurar acculta r o seu crime, sem dar a menor importancia ás conveniências sociaes, todos viram a sua escandalosa ostentação, cahindo até no feio ridiculo de mandar por elles ganhar os vinténs pelas ruas da capital (MACHADO, 1983, p. 37).

Assim, observa-se que o pensamento liberal de Maximiano Lopes Machado possuía um caráter especificamente político, uma vez que defendia a implementação de uma série de reformas constitucionais que assegurassem os direitos individuais e políticos dos cidadãos. Além disso, nutria uma forte preocupação em manter a ordem e a paz social, pois só através dessas é que a Nação conseguiria alcançar o pleno desenvolvimento e a verdadeira civilização. E como membro do Partido Liberal, defendia "que só um governo justo e liberal poderá trazer a paz domestica, todas as felic idades sociaes e uma bem entendida liberdade" (MACHADO, 1983, p. 100).

5. Bibliografia

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder** : o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978. 2 v.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial/ **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. In: **Revista brasileira de história**. São Paulo: ANPUH, v. 23, nº 45, 2003.

CASTRO, Paulo Pereira de. "A experiência Republicana". In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico, v2 dispersão e unidade. 5ed. São Paulo, DIFEL 1985, p. 9-67.

FIUZA, Alexandre Felipe. **Rebelião Praieira**: um estudo de caso em areia/Pb. <http://www.rhr.uepg.br/v7n2/2%20-%20Fiuza%OK.pdf>. Acessado em: 03 jan. 2007, p. 33- 49.

GUIMARÃES, Luiz H. **Maximiano Lopes Machado:** primeiro historiador da Paraíba . João pessoa: IHGP, 1999.

MACHADO, Maximiano L. **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraí ba**. 2 ed. João Pessoa/Campina Grande, UFPB/FUNRe, 1983.

MARSON, Izabel A. **A rebelião praieira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Movimento praieiro**: imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Moderna,1980.

_____. **O império do progresso**: a revolução Praieira em Pernambuco (1842 -1855). São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Ilmar R. **O tempo Saquarema**: a formação do Estado imperial. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. **Apreciação da revolta praieira em Pernambuco** . Brasília: Senado Federal, 1978.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria P. e PRADO, Maria Emília (org s.). **O liberalismo no Brasil imperial** : origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 73-101.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento** : as formas do discurso. 2 ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____**.** Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.**

SILVA, Ana Rosa C. da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio:** 1783- 1823. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.